

NOTICIÁRIO

OS ESTUDOS AMERICANOS NA EUROPA

De 14 a 18 de Abril realizou-se em Amesterdão o Congresso Bienal de Estudos Americanos, organizado pela Associação Europeia de Estudos Americanos, a maior e a mais importante destas associações a seguir à Associação Americana de Estudos Americanos. Com a presença de alguns conhecidos especialistas americanos das várias áreas deste ramo interdisciplinar do saber, o congresso europeu — este ano subordinado ao tema geral, *A Identidade Americana: Fusão e Fragmentação* — reuniu um conjunto notável dos mais ilustres americanistas da Europa (incluindo inúmeros especialistas dos países de leste) e constituiu sem dúvida uma demonstração evidente da riqueza e vitalidade dos Estudos Americanos deste lado do Atlântico. Com efeito, é já hoje possível afirmar sem hesitações que a especialização em americanística começa a ser uma realidade na Europa, sobretudo se contarmos com o recente projecto de Pierre Michel da criação, em Bruxelas, de um centro de informação bibliográfica para investigação neste domínio.

Pela primeira vez este ano o congresso europeu estruturou-se em parte, à semelhança dos congressos americanos, à volta de grupos de trabalho paralelos, versando alguns dos temas mais controversos da americanística de hoje, assim se dando oportunidade aos mais novos, ou aos menos célebres, de apresentarem os resultados das suas pesquisas, ou os seus projectos de investigação em breves comunicações, não raro polémicas, expostas em seguida a um debate sempre estimulante e enriquecedor. Os grupos de trabalho que mais discussão suscitaram para fora dos limites estreitos das respectivas sessões foram aqueles que se debruçaram sobre problemas como «a mulher americana» (um animado grupo dirigido pela francesa Rollande Balorain) ou «o negro americano» (tema discutido sob a direcção do inglês C. W. Bigsby, professor nesse

excelente centro de estudos anglo-americanos que é a Universidade de East Anglia). Temas mais especificamente literários — como a poesia americana ou a literatura americana contemporânea — foram também objecto de inúmeros debates, com incidência particular na questão do pós-modernismo e, em especial, na tentativa de definição da crítica desejável e possível no momento pós-modernista. Neste campo, os americanistas portugueses deverão estar atentos ao trabalho importante que está a ser produzido em França por jovens especialistas como Marc Chenetier e Régis Durand.

Tanto as conferências plenárias proferidas ao termo de cada dia do congresso, como as palestras/debate apresentadas em alternativa sobre os mais diversos assuntos, como até as comunicações presentes aos diferentes grupos de trabalho se ocuparam do tema geral do congresso — *A Identidade Americana* — quase sempre numa preocupação solícita de definir essa identidade pela fusão harmónica dos vários fragmentos étnicos, sociais, culturais. Constituiu notável excepção a lição inaugural, a cargo de Sacvan Bercovitch, que lucidamente propôs a problematização da noção mesma de «identidade americana» através da análise ideológica da retórica que lhe subjaz.

O ambiente estimulante de fértil intercâmbio intelectual e cultural, proporcionado por este congresso, não deixa dúvidas quanto às vantagens da filiação da recém-fundada Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos na Associação Europeia de Estudos Americanos.

Maria Irene Ramalho de Sousa Santos

I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS — Maio de 1980

Durante três dias e ao longo de algumas sessões de trabalho intenso a recentemente criada APEAA reuniu em Coimbra mais de meia centena de associados e convidados. Momento necessário de arranque na vida da Associação, este primeiro Encontro, organizado por Graça Abranches e Isabel Caldeira, cumpriu inteiramente os objectivos traçados no programa estabelecido, o qual logrou incluir actividades tão diversas como uma exposição bibliográfica sobre o livro americano contemporâneo; uma conferência proferida pelo professor visitante Barry Gross

e subordinada ao tema «Teaching American Literatures»; discussão suscitada por comunicações individuais e colectivas de docentes da Faculdade de Letras de Coimbra visando a reflexão sobre problemas do ensino da língua estrangeira, da cultura e da literatura; discussão e aprovação de Estatutos; eleição dos corpos sociais.

Tendo a APEAA por finalidade primordial constituir-se local de encontro de quantos em Portugal se debruçam ou de qualquer modo se interessam pelo estudo da literatura e da realidade cultural quer norte-americana, quer britânica, este Encontro ter-se-á saldado por um assinalável êxito só pelo simples facto de ter efectivamente proporcionado o contacto de estudiosos afinal tão próximos geográfica como científica e profissionalmente. Mas uma associação deste tipo tem objectivos mais vastos. Entre outros, refira-se a divulgação de contribuições e a promoção de iniciativas na área dos estudos anglo-americanos numa perspectiva interdisciplinar, e ainda o debate sobre a situação do ensino e as condições da investigação no mesmo domínio.

Para quê o «ensino» da literatura aqui e agora?; *o que* deve ser «dado» num curso de cultura?; *como* encarar a aprendizagem da língua numa instituição universitária? — são preocupações reais salutarmente já evidenciadas em intervenções deste I Encontro da APEAA. Algumas dessas importantes questões serão por certo retomadas no final do presente ano, quando num segundo encontro anglistas e americanistas se ocuparem de aspectos da prática de docência e dos caminhos da formação e investigação científica em Portugal. Tal como a primeira reunião da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos constituiu um prometedor sinal de vida, assim o seu II Encontro venha a ser a prova da sua vitalidade.

João Paulo R. Moreira

CONGRESSO ANUAL DA DEUTSCHE SHAKESPEARE-GESELLSCHAFT — Weimar — Abril de 1980

De 24 a 27 de Abril passado realizou-se em Weimar (R. D. A.), como já é tradição, o Congresso Anual da Deutsche Shakespeare-Gesellschaft, com o tema geral *Shakespeares Komödien: Zeitgeschichte und Wirkung* (As comédias de Shakespeare: história e acção). O Deutsches Nationaltheater de Wei-

mar apresentou todas as noites encenações de comédias de Shakespeare e, na última noite, uma excelente encenação de *Coriolanus*, por uma companhia arménia.

A comunicação inaugural foi proferida pelo Dr. Günter Klotz, de Berlim. Realizaram-se colóquios de estudantes e também uma discussão com professores sobre a utilização de peças de Shakespeare no ensino. Sob a orientação do Dr. Günter Walch, de Berlim, realizou-se o colóquio, com comunicações dos Professores Robert Weimann (Berlim) e George Steiner (Genebra e Cambridge), entre outros. Em grupos de trabalho com os temas «Relação entre história e comédia», «Lugar das comédias na obra de W. Shakespeare», «A dialéctica do cómico e do trágico» e «Experiências de encenação das comédias de Shakespeare», foram apresentadas várias outras comunicações; no fim foram lidos em síntese os resultados dos vários grupos de trabalho.

No Plenário Anual da Sociedade foi dado a conhecer o tema para o Congresso de 1981: *Friedensgedanken bei Shakespeare* (A ideia da paz em Shakespeare).

Ana Maria Delgado

COLÓQUIO SOBRE O SÉCULO XIX EM PORTUGAL

Nos dias 7, 8 e 9 de Novembro de 1979 realizou-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, por iniciativa do Gabinete de Investigações Sociais, um Colóquio sobre o Século XIX em Portugal. Após a sessão inaugural, presidida pelo Professor Sedas Nunes, seguiu-se a conferência de abertura, proferida pelo Professor José Augusto França e subordinada ao tema, «Perspectivas artísticas da história do século XIX português.» O Colóquio prosseguiu com a apresentação e discussão de várias comunicações de investigadores de Coimbra, Lisboa e Porto. As comunicações apresentadas, publicadas na revista *Análise Social*, versaram os seguintes temas gerais: A Questão Industrial, Projectos e Críticos Oitocentistas, O Estado e a Sociedade, Estrutura Social: Burgueses e Operários, Aspectos da Vida Política e Problemas de História das Ideias. Como se vê, o leque temático foi diverso, tendo sido contemplados os diferentes aspectos da vida portuguesa do século XIX.

O interesse de tal realização nem precisaria aqui de ser sublinhado. Pode dizer-se que pela primeira vez no nosso país se encontraram para apresentar o resultado das suas investigações e dos seus programas de trabalho e para debater problemas da sua especialidade alguns dos investigadores que se ocupam do estudo da história portuguesa do século passado. Pena foi que os limites de tempo não permitissem mais ampla discussão dos temas tratados e bem assim a participação de investigadores estrangeiros que se têm debruçado também sobre o século XIX português ou sobre questões com ele relacionadas.

O Colóquio terminou com um debate acerca dos problemas que a investigação sobre a história portuguesa oitocentista suscita. Assim, abordaram-se, entre outras questões, a deficiente organização dos arquivos e bibliotecas, a sua falta de funcionalidade e mesmo até, em certos casos, a sua inacessibilidade. Falou-se ainda do grave problema da conservação de documentos, que correm o risco de se extraviar ou deteriorar. Finalmente, referiu-se ainda a necessidade de constituir uma associação de investigadores dedicados ao estudo do século XIX ou, pelo menos, de criar os meios necessários para facilitar a troca de informações entre os estudiosos deste período. Para já, decidiu-se organizar uma lista com os nomes dos diversos investigadores e respectivas áreas científicas de interesse.

Logo, o Colóquio sobre o Século XIX em Portugal constituiu um êxito, que é justo assinalar, e os seus organizadores devem ser louvados pela sua iniciativa. Oxalá esta realização se possa repetir no futuro com as correcções necessárias que a tornem ainda mais produtiva. Para tal, porém, terá de haver mais amplos apoios financeiros por parte do Estado e dos institutos de cultura, pois os colóquios e congressos no âmbito das ciências humanas, que se tornam tão necessários para a actualização dos investigadores portugueses, não podem contar, como acontece noutros ramos científicos e técnicos, com o apoio das empresas privadas, que visam os lucros que daí podem auferir.

Luís Reis Torgal

JORNADAS SOBRE PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Numa organização da Revista Praxis e da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto — Cooperuni — e contando com um vasto conjunto de participantes, decorre-

ram nos dias 27, 28 e 29 de Abril último as «Jornadas de Estudo sobre Portugal Democrático», uma iniciativa tanto mais de assinalar, quanto foi capaz de trazer ao diálogo variadas contribuições e análises sobre a sociedade portuguesa pós 25 de Abril, tão escassamente debatida até hoje.

Numa formação social situada na «convergência de duas crises qualitativamente diferentes» — a da própria sociedade portuguesa e a do capitalismo internacional — a problemática económica constituiu-se em assunto de abertura daquelas jornadas. No conjunto das intervenções e na mesa redonda que integraram este tema, uma questão acabou por estar sempre, implícita ou explicitamente, presente — a de um modelo de desenvolvimento para Portugal.

A esse propósito, um aspecto houve que, significativamente, foi chamado a terreno por vários participantes — o Plano a Médio Prazo para 1977-80 e o seu fracasso. Foi, aliás, nestes termos, que um colectivo, de que foram relatores A. M. Figueiredo e M. Miranda, situou o novo modelo como alguma coisa a construir na «prática de uma estratégia». Reflectindo sobre as insuficiências e as contradições das correntes mais marcantes da esquerda portuguesa, propuseram como meios de intervenção a «gestão» (superação) das assimetrias regionais e sectoriais, isto é, o alargamento/descentralização do próprio quadro democrático capaz de implementar um novo modelo de produção e repartição. A política de saúde seria um exemplo de como se assumiria a gestão dessas assimetrias.

A análise do passado recente e a configuração dos parâmetros concretos que o balizaram e daqueles que se prefiguram no horizonte da evolução portuguesa (um deles, evidentemente, a CEE) dominaram a mesa redonda em que participaram Manuela Silva, F. Pereira de Moura, Amílcar Pina e Torres Campos.

Foi, aliás, nesta sede que mais se formulou a ideia de que a instabilidade do poder político subjaz de forma expressiva à constatada ausência de um modelo económico, à impossibilidade de realização do Plano a Médio Prazo e, afinal, às perspectivas futuras, em que a adesão à CEE tem vindo a ser o ponto dominante.

Carlos Costa, ao intervir sobre o processo de liquidação das organizações corporativas da lavoura, mostrou igualmente a preocupação em analisar esse processo concreto à luz das possibilidades que se vislumbraram de constituição de um modelo de desenvolvimento para a agricultura portuguesa. Mas o resultado, por via do imediatismo político do poder, das suas hesitações e contradições, foi o reforço do desenvolvimento desigual do sector, à custa do pequeno e médio campesinato, da

melhoria dos níveis de emprego e do aproveitamento dos recursos naturais.

O tema da agricultura seria retomado numa mesa redonda em que, a par de investigadores da questão agrária em Portugal, participaram também actuais e antigos responsáveis pela política agrícola portuguesa (Manuel Villaverde Cabral, Pedro Hespanha, Vítor Louro, Abílio Dinis Silva e Manuel Rodrigues). O debate incidu basicamente sobre o papel do sector agrícola no processo de desenvolvimento e sobre as consequências, para o mesmo sector, da integração no Mercado Comum. Se, acerca da primeira questão, houve consenso quanto ao carácter inerte da agricultura portuguesa e à incapacidade de definição de uma política adequada à sua mobilização, já no que toca à «responsabilidade» de tal situação, as intervenções divergiram, quer no sentido de que é aos agricultores, e só a eles, que cabe o esforço de recuperação, dada a inoperância das políticas ou do político, quer no sentido de que os dados estruturais da nossa agricultura e as relações com os outros sectores apontam para uma agudização da crise agrícola portuguesa que escapa à boa vontade e à diligência da gente do campo. A busca de uma solução alternativa encontra-se contudo condicionada pela futura adesão ao Mercado Comum, a qual foi vista ora como um «mal necessário» do qual haverá que obter o bem possível (ou seja, retirar o máximo partido das hipóteses favoráveis, nomeadamente, quanto ao regime de transição e apoios), ora como um passo arriscado a merecer sérias reservas, na base das consequências desastrosas para a componente maioritária do sector agrário português — o campesinato — descrendo-se dos «milagres» que possam ser conseguidos à mesa das negociações, ou com a liberalidade da PAC, cujo carácter altamente selectivo e economicista é conhecido. A nota dominante, de qualquer forma, é a necessidade de alargar a discussão da integração e das suas consequências, despida, tanto quanto possível, dos preconceitos políticos e ideológicos, ancorando-a numa análise rigorosa dos mecanismos por que se rege a sociedade e a economia portuguesas e da relação que vai ligar ou opor Portugal aos seus parceiros da Europa.

A posição de Portugal no mundo capitalista seria, ainda, a óptica escolhida por Daniel Bessa para analisar o processo inflacionário português. Este não é afinal explicável, nem pelos excessos de moeda ou da despesa, nem pela elevação dos salários ou subida dos preços dos produtos importados, nem tão pouco pela desvalorização da moeda ou mesmo pela especulação em face das expectativas inflacionárias. Na sua perspectiva, a inflação é um fenómeno regido pelas leis do funcionamento

do modo de produção capitalista à escala mundial e o nível inflacionário, em cada país, tem a ver com o seu grau de desenvolvimento e poder económico e, daí, com o lugar ocupado na estrutura hierarquizada das economias capital dependentes, o que permitiria compreender a persistência do fenómeno perante as medidas de política cujo objectivo é actuar sobre as referidas «causas».

Maria Isabel Soares, sobre política energética, e Eduardo Sousa Ferreira, analisando as migrações de mão-de-obra no quadro de uma Europa em crise e com baixos níveis de crescimento, completaram o tratamento do tema sobre a economia portuguesa.

No último dia dos trabalhos, Sérgio Lopes referir-se-ia às lutas urbanas em Portugal (1974-76), procurando validar, à luz da experiência portuguesa, a hipótese teórica de M. Castells, pela qual a agudização das contradições no campo dos consumos colectivos, em situações de capitalismo monopolista, actua como trampolim da intervenção estatal nos domínios que escapam à lógica do lucro individual.

Em si já contraditória, como evidenciam os trabalhos de C. Offe, J. O'Connor ou E. O. Wright, entre outros, esta intervenção estatal permite a S. Lopes, sustentando-se, agora também, em experiências ocorridas em Itália, França, Inglaterra e outros países capitalistas centrais, concluir, a partir duma referência ténue ao caso dos moradores do Porto, que o Estado português se assume, a partir de 25 de Abril, como o eixo fundamental em redor do qual gravitam as lutas urbanas, debilitado que está o segundo eixo do sistema — o movimento operário.

Esta posição do Estado como «patrão da vida quotidiana» estaria também presente na intervenção de Vítor Matias Ferreira, ao debruçar-se sobre a sociedade portuguesa, a «anarquia social» e a institucionalização do político, sobretudo quando, na esteira de A. Touraine, define o Estado pós 11 de Março como o «actor central da mudança social». Basicamente fundamenta a sua posição no «corte» entre a sociedade civil e o Estado — uma herança com raiz no Estado salazarista —, na «anarquia social» anterior ao 11 de Março — ausência de mecanismos de integração político-institucional — e na rigidez política e autoritarismo militar do Estado.

Se S. Lopes corre o risco, aliás legítimo, de analisar a formação social portuguesa pelo contraste, isto é, procurando encontrar naquilo que ela não é, aquilo que pode ser, V. M. Ferreira, ao apostar na «relação de exterioridade» vivida pelas massas populares face a essa «coisa abstracta» que é o Estado,

roça um certo instrumentalismo na análise do político, habitualmente reduzido à questão de saber porque é que o Estado serve os interesses da classe capitalista e à resposta de que assim é porque é controlado por ela. Nesta perspectiva, não sendo o Estado a concretização da sociedade, não se estranha o recurso a uma certa leitura «autonomista» do processo social em que o Estado deverá justificar a sua materialidade noutro campo, que não o das relações sociais antagónicas.

Na mesa redonda que encerraria estas Jornadas, António Reis trataria, em termos gerais, da cultura, à qual mesmo a estratégia económica deve estar subordinada e não está, donde seja, no pior sentido, entendida como objecto residual. Miriam Halpern Pereira procuraria elaborar um «ensaio histórico» de algumas manifestações culturais posteriores ao 25 de Abril, com destaque para as Campanhas de Dinamização Cultural e de Alfabetização. Jacinto Rodrigues destacou o fenómeno cultural numa reflectida retrospectiva histórica do marxismo e, finalmente, Boaventura de Sousa Santos privilegiou o tratamento da diade cultura popular/cultura de massas, questionando sobre o papel, conflituoso em si, do intelectual numa estratégia cultural anti-capitalista, credora de um «esforço organizado de resistência colectiva» e o único capaz de rejeitar a reprodução «quase natural» da ideologia burguesa.

Carlos Fortuna
José Reis
Pedro Hespanha

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS

Promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em colaboração com o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), decorreu em 18 e 19 de Janeiro último, naquela Faculdade, um seminário sobre «O Não Alinhamento — Relações Internacionais e o Movimento dos Não-Alinhados».

Orientado por Luís Moita e com cerca de centena e meia de participantes, ali se debateram as fases do desenvolvimento histórico e o conteúdo das posições do Movimento dos Países Não Alinhados, em redor das grandes questões políticas, económicas e culturais.

O debate sobre problemas *políticos* como a recusa da divisão do mundo em blocos, a guerra fria, a paz e o desarmamento, questões *económicas* como as trocas comerciais, a transferência tecnológica ou o auxílio ao desenvolvimento e os aspectos *culturais* como a busca da identidade contra a colonização cultural, enriqueceram a cronologia do Movimento dos Não Alinhados, apresentada pelo orientador e já por si bastante exaustiva.

Na sua sequência histórica, foram apresentados os pontos-chave das diversas Cimeiras, como o surto independentista e a guerra fria (Belgrado — 1961 e Cairo — 1964), a crise do Movimento (Lusaka — 1970), a sua radicalização (Argel — 1973 e Colombo — 1976) e as recentes recolocações geo-estratégicas (Havana — 1979).

Ao longo das sessões do seminário, pôr-se-ia em evidência a forma como o Movimento dos Não Alinhados, a par do crescente aumento de Estados aderentes, não deixou de radicalizar as suas opções, pondo o acento tónico não só na «necessidade da luta contra todas as formas de agressão e opressão coloniais», mas ainda no ataque aos mecanismos económicos, comerciais e financeiros que mantêm os países do Terceiro Mundo na dependência das potências industriais. O desenvolvimento desta ideia apela à praticabilidade de uma estratégia de desenvolvimento autocentrado, capaz de romper os elos da dominação imperialista, o que, por ser uma questão *política* mais do que de políticas, supõe uma análise da natureza de classe dos países dependentes. Só aí se compreenderá a natureza e a possibilidade reais dessa estratégia.

Estou inclinado a pensar este como um ponto insuficientemente elaborado no decorrer do seminário, mesmo quando não era esse o seu objectivo, acabando por justificar interpelações recorrentes sobre a natureza das estratégias teóricas e políticas, implícita ou explicitamente, implicadas no Movimento dos Países Não Alinhados. Na verdade, as ambiguidades do «nã-alinhamento», as dificuldades da «neutralidade positiva» e os reveses do «nacionalismo» (novo ou velho), mas também a derrota do colonialismo, o recuo do imperialismo e o tactear da nova ordem económica internacional, fazem ancorar na luta de classes tanto os seus sucessos como as suas desventuras.

Carlos Fortuna

CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL

Realizou-se na Universidade de Córdoba (Espanha) em Abril de 1979 o décimo congresso organizado pela Associação Europeia de Sociologia Rural sob a temática «Crescimento Económico e Desenvolvimento Regional: harmonias e desajustamentos num processo de diferenciação».

Procurava-se analisar as relações entre o processo de desenvolvimento, a agricultura e a regionalização, tendo em conta: a diferenciação interna do sector agrícola — desde a agricultura camponesa à *agro-business* —, a diferenciação a nível regional e nacional entre o sector agrícola e os outros sectores, as dificuldades de integração da agricultura no sistema económico, os desiguais níveis de desenvolvimento regional e os efeitos do crescimento económico no aprofundar dessas desigualdades, o reforço dos movimentos autonomistas, o desajustamento entre as políticas centrais e as necessidades específicas das regiões, o papel da migração da força de trabalho na diferenciação regional e a expansão dos mercados fortes (CEE, Comecon) como fonte de conflitos interregionais.

A discussão dos temas fez-se através de onze grupos de trabalho, funcionando em simultâneo e reunindo os participantes de acordo com os sub-temas escolhidos para as suas comunicações ou intervenções.

Sobre os trabalhos é de referir, desde já, o peso importante que o debate, reavivado ao longo destes últimos anos, sobre a agricultura camponesa ou familiar, teve neste congresso. Na verdade, das diversas áreas que têm mais directamente a ver com o rural — economia, sociologia, antropologia, agronomia e geografia — foram-se desenvolvendo e aprofundando linhas teóricas, apoiadas em grosso corpo de investigação empírica, para uma mais acertada compreensão do papel da agricultura e, designadamente, da produção camponesa em modo de produção capitalista.

Verificou-se, no decurso dos trabalhos, que, em toda a parte, e em especial em Espanha, cuja contribuição foi assinalável, os estudos sobre a realidade camponesa estão no centro das atenções, mobilizando os esforços no sentido do enriquecimento das diversas visões parcelares do problema, através do confronto e do debate.

No que diz respeito à discussão, refira-se que ela envolveu duas dimensões importantes que, só por simplismo, vamos considerar isoladamente. Por um lado, os aspectos relativos às determinantes «internas» das explorações camponesas, à sua

lógica de organização, à racionalidade inerente às suas tomadas de decisão. Por outro lado, as relações deste tipo de agricultura com o modo de produção dominante ou seja, o papel que lhe cabe no jogo de forças de que resulta a sua posição de submissão.

Das comunicações que se detiveram neste campo, e cuja sede de discussão foram os grupos A («Descentralização política e integração de sistemas») e C («Vantagens e desvantagens do tamanho — economias de escala») interessará chamar a atenção para duas perspectivas de fundo que globalmente foram focadas — aquela que realça a estabilidade verificada na exploração familiar e o facto de ela constituir a forma central da agricultura de vários países e a que reflecte sobre os efeitos que a crise tem tido sobre tais explorações, levando à sua descapitalização e à sua acentuada diminuição.

A comunicação de J. Cucó Giner, da Universidade de Valência, reportando-se à análise das formas de organização interna da exploração familiar camponesa e focando o caso do País Valenciano é exactamente um bom exemplo da abordagem que, na primeira óptica, foi desenvolvida.

Como a exploração familiar não controla o excedente agrícola por si produzido (dada a sua dependência do mercado), acaba por ser fundamentalmente a utilização que é feita da mão-de-obra familiar que constitui a chave para que a exploração familiar possa subsistir e para que o nível de consumo da família camponesa seja salvaguardado. O trabalho camponês é, assim, o elemento central da exploração e isto fundamentalmente porque, quando utilizado na própria exploração, não tem mais que valor de uso. Daí que ele seja, neste quadro, utilizado de forma sobreintensa e se constitua ainda, por via da divisão familiar do trabalho, em fonte de rendimento para a família quando empregado fora da exploração.

Também significativa foi, neste campo, a comunicação de Giovanni Mottura, da Faculdade de Economia da Universidade de Modena. Procurando assinalar e situar o papel desempenhado pela agricultura camponesa nas sociedades capitalistas avançadas e reportando-se ao caso italiano, Mottura atribui-lhe duas grandes funções — uma função receptiva da mão-de-obra em excesso relativo e uma função produtiva. Da combinação destas duas funções que é, ela própria, decorrente das exigências do modo de produção dominante, resultam diferentes ritmos de desenvolvimento.

Mas no quadro capitalista, as formas camponesas relacionam-se também com o capitalismo agrícola. Essa relação pressupõe posições económicas distintas que residem na dife-

rente organização da mão-de-obra, nas diferentes oportunidades e no diferente papel relativamente ao sistema económico geral. Daí que na óptica de Mottura, haja, no modo de produção capitalista, «um dualismo estrutural na agricultura».

Ainda, de certo modo, ligadas a esta realidade de matriz não capitalista, as questões da identidade cultural dos subsistemas regionais no quadro de uma distinção «cultura dominante — cultura periférica» foram objecto dos trabalhos do grupo H. De salientar, desde logo, o elevado número de comunicações — dificultando o funcionamento do grupo e inviabilizando uma discussão aprofundada — e dentre estas, a elevada participação de espanhóis onde o problema da autonomia regional toca e se interpenetra com o da identidade cultural.

Os efeitos do desenvolvimento sobre as comunidades locais e o seu universo cultural produziram a afirmação de posições que se diferenciam e polarizam através da adesão/não adesão a práticas científicas e políticas diversificadas. Esta polarização afirmou-se, fundamentalmente, em torno de duas teses: — os sistemas culturais regionais estão a perder a sua identidade; — os sistemas culturais regionais têm vindo a manter e mesmo a renovar a sua identidade.

As conclusões deste grupo apontam para a necessidade de relacionar «identidades culturais locais e regionais» e «situações de aparecimento e desenvolvimento de modos de consciência de classe» como ponto de partida para avaliar a resistência das comunidades à homogeneização cultural e apreciar a importância de subsistemas regionais no quadro do desenvolvimento económico, social e cultural, nacional e internacional.

As desigualdades regionais, encaradas a partir das diferenciações internas ao sector agrícola, ou dos efeitos de uma desigual penetração de formas económicas capitalistas, ou ainda de uma desigual distribuição e utilização dos recursos, incluindo o humano, foram discutidas, particularmente, nos grupos D («Problemas Demográficos das Regiões Periféricas»), E («Migração da Força de Trabalho»), I («Desenvolvimento de Recursos Agrícolas e suas Implicações Ecológicas») e K («Pobreza Rural e Marginalização Social») e o debate das políticas comumente utilizadas para ultrapassar os desequilíbrios constatados, nos grupos A, B («Acesso a Bens e Serviços Distribuídos pela Administração»), F («Turismo e Desenvolvimento Rural»), e G («Política Comunitária — C.E.E.»), cabendo ao grupo J, o mais participado e o mais ambicioso, ocupar-se das «Estratégias Alternativas para o Desenvolvimento».

Duas posições fundamentais se defrontaram quanto à definição de alternativas. Uma, apresentada por sociólogos rurais, alemães em maioria, propunha a adopção de modelos de desenvolvimento rural integrado como via para superar, através de uma perspectiva inovadora, os obstáculos que mais têm contribuído para o insucesso do desenvolvimento rural. Defende-se que acções, junto das comunidades locais e regionais quando convenientemente articuladas, garantem, por si, alternativas válidas de desenvolvimento. A outra, mais vivamente defendida pelos participantes espanhóis, considerava incorrecto, no quadro do actual sistema económico e social, formular e defender alternativas de desenvolvimento rural. É que as *alternativas* supõem um outro sistema de relações sociais, sem o qual se poderá, tão somente falar em *variantes* de desenvolvimento rural em processo capitalista.

Ainda aqui, o debate ficou incompleto, fundamentalmente devido às distintas opções e perspectivas teóricas em confronto e à multiplicidade de aspectos que envolve a definição de um modelo alternativo de desenvolvimento. Ficou da discussão havida, contudo, um abundante e rico espólio de estudos e contribuições, a atestar o muito que a sociologia rural pode oferecer para uma crítica fundada dos modelos e das políticas de desenvolvimento praticados e, daqui, para a sua reformulação.

Carlos Lencastre
José Reis
Pedro Hespanha